

HANNAH ARENDT: o poder e a ação política

ROSSANA BATISTA PADILHA¹;

SÔNIA MARIA SCHIO³

¹Universidade Federal de Pelotas - PPGFil 1 –rossanapadilha@bol.com.br 1

³Universidade Federal de Pelotas- PPGFil – soniaschio@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

Após três anos de estudos no PPGFil, tendo por base pesquisas, trabalhos apresentados e disciplinas cursadas, foi possível expandir o tema de Tese de Doutorado "Hannah Arendt: a concepção de República para a existência de um espaço público-político¹". O presente ensaio trata de um dos capítulos do texto, o qual aborda os conceitos de poder e ação, na concepção arendtiana, bem como a importância destes na esfera pública.

O poder político, segundo Arendt, não é sinônimo de opressão, mas da possibilidade de viver na pluralidade², lugar em que os homens estão reunidos na esfera pública relacionando-se por meio do diálogo. A legitimidade do poder resulta do agir humano, em conjunto, por meio da discussão, em busca de resoluções de problemas e de dificuldades em comum, visando ao interesse da comunidade³. Segundo Arendt, quem detém o poder na política são os cidadãos, mas somente quando estão reunidos na esfera pública. Não existe poder quando eles estão isolados, pois, de acordo com a autora, o poder não é considerado como sinônimo de violência ou de coerção, pois ele surge quando as pessoas se reúnem em torno de objetivos que são comuns, ao menos naquele momento. E visam a algo que transcende aos objetivos, interesses, necessidades subjetivas.

Ainda, segundo ela, o líder político é necessário para coordenar as ações, com o poder gerado quando há o apoio de muitos. Essa interação é

¹ Na esfera pública e política acontece o encontro entre os humanos que se consideram iguais, que se reconhecem como aptos para a vida em conjunto, visando à busca do bem comum, da mesma forma que o amigo deseja encontrar o outro, o concebe como igual e digno, e também quer o bem dele. (ARENDT, 2012, p. 64)

² A pluralidade é a condição da ação humana porque todos são iguais, habitantes do mesmo planeta, isto é, humanos, mas também diferentes, de modo tal que ninguém jamais é igual a qualquer outro que viveu, vive, ou viverá. (ARENDT, 2012, p.42)

³ “O poder fala a linguagem da persuasão, dando Hannah Arendt realce na sua análise, ao processo de geração de poder. É por isso que ela contesta a relação entre governantes e governados que cuida apenas do emprego e manutenção do poder – o que para ela, é um erro conceitual, pois o poder pode ser atualizado *ex parte Populi* [de uma parte do povo]” (LAFER, 1998, p.205).



entendida por Arendt como ação⁴, permitindo a criatividade, o surgimento do novo, o qual, por ser imprevisível, é inédito e pode romper os processos. Para ela, as revoluções podem ser exemplares: demonstram a possibilidade de elaboração de maneiras novas de organizar-se, de gerenciar as questões, pois os cidadãos têm a possibilidade de entrar em contato uns com os outros, sair do mundo privado, exigindo medidas a serem tomadas em prol da maioria e em outros termos, que objetivem o bem comum.

É importante lembrar que, para Arendt, ao tratar de política, a violência⁵ é considerada oposta ao poder: ela descreve a violência como sendo detentora de uma “força” (jamais poder) inadequado. Ou seja, a violência restringe a vida humana à algumas preocupações básicas, por exemplo: a integridade física, pois, neste caso não há lugar para a discussão, portanto nem para o consenso. O poder por si é autojustificado, é um fim em si mesmo, pois surge na ação de cidadãos em conjunto, agindo, discutindo. A violência necessita de justificação; para o exercício de poder é necessário que haja autoridade⁶. Enquanto na violência, predomina o que Arendt entende por autoritarismo. Ela afirma que, na violência, o “poder” que existe é inadequado para a política, pois há a utilização de instrumentos, uma arma, entre outras, contra a qual não há argumentos. Ainda, existe o potencial de coerção, de destruição e de limitação na ação humana, o que acaba com a capacidade de pensar, de julgar, de discutir, ou contestar, e até de conviver em pluralidade com vínculos de confiança, amizade, respeito ou cooperação, por exemplo.

2. METODOLOGIA

⁴ “Ao agir e ao falar, os homens mostram quem são, revelam ativamente suas identidades pessoais únicas (condição humana da singularidade) e assim fazem seu aparecimento no mundo humano, enquanto suas identidades físicas aparecem, sem qualquer atividade própria, na confirmação singular do corpo e no som singular da voz”. (ARENDT, 2012, p.224)

⁵ “A violência por parte dos cidadãos frequentemente visa a desmascarar a hipocrisia dos governantes, e quando se veem na contingência de recorrer apenas à violência para se manter no governo é porque as instituições políticas, enquanto manifestações e materializações de poder, estão petrificadas e decadentes, esvaziadas por assim dizer do sopro de vida gerado pelo poder que resulta do apoio da comunidade.” (LAFER, 2003, p. 34-35).

⁶ “A autoridade sempre exige obediência, ela é comumente confundida como alguma forma de poder ou violência. Contudo a autoridade exclui a utilização de meios externos de coerção. A relação de autoridade entre o que manda e o que obedece não se assenta nem na razão comum, nem o poder do que manda, o que eles possuem em comum é a própria hierarquia, cujo o direito e legitimidade ambos reconhecem e na qual ambos têm seu lugar estável predeterminado.” (ARENDT, 2011, p. 129)



Na presente pesquisa, o método utilizado é o dialético, pois esse realça os conceitos principais abordados na questão-problema, observando os seus desdobramentos no tempo, na contraposição e no complemento com outros conceitos (ou situações) e descrevendo-os e relacionando-os. Nesse contexto, os métodos complementares são o histórico e o funcionalista, os quais constam nas concepções da autora em relação aos vários temas tratados em suas obras. No presente ensaio destacam-se as acepções de poder e de ação na política.

A importância de utilizar as obras *Sobre a Revolução*, *Crises da República*, *A Condição humana* e *Sobre a Violência*, para a elaboração da presente investigação decorre da proposta de organização da sociedade que anseia “dominação total” dos indivíduos em oposição a uma vida autenticamente política. Serão utilizados comentários de comentadores brasileiros, Adriano Correia, André Duarte, Betânia Assy, Celso Lafer, João Adeodato, Sônia Schio, os quais relacionam o pensamento político de Arendt, atualizando-o a partir da realidade próxima, isto é, do Brasil, valorizando a história desse e o contexto vivido.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa, por ser filosófica, é bibliográfica, na qual, a partir do pensamento político arendtiano, ao investigar o conceito de poder, bem como, a importância da acepção de ação de pluralidade em Arendt, mostra ser indispensável a existência do espaço público. Este, não com a finalidade pré-política, de vida cotidiana, mas de cunho político. Em outros termos, é necessário um local para que haja o encontro de iguais (juridicamente considerados), com temas em comum (os negócios humanos) suas demandas, preocupações, e a busca de resolvê-los com civilidade, isto é, respeitando as leis, as pessoas, os bens, demonstrando que a política é imprescindível para a vida em comum.

4. CONCLUSÕES

Por tratar-se de uma Tese de Doutorado, bem como por ser uma pesquisa em andamento, as conclusões ainda são parciais: há a necessidade de um local - a esfera público-política, para o encontro e para a discussão de temas de interesses que ultrapassem a individualidade. Entretanto, o tema abordado no presente trabalho é analisado e pesquisado por fazer parte de um dos capítulos da tese, posto que o poder e a ação são temas que a autora menciona em suas obras, elaborando uma reflexão da necessidade de uma vida política ativa entre os indivíduos na atualidade.

Nesse sentido, é possível analisar a relevância do estudo sobre a ação política em um espaço público-político, no qual o exercício da ação política necessita da participação ativa, consciente e responsável do cidadão na vida de sua comunidade, para que cada cidadão, mesmo vivendo na sociedade da massa, possa viver em grupo com respeito à pluralidade e à singularidade (diferenças) da maneira mais harmônica possível, administrando as diferenças, os interesses e as necessidades, na busca de uma estabilidade geradora de bem-estar e inibidora de conflitos e de outras formas de diminuir o ser humano e a sua dignidade.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDT, Hannah. **Sobre a Revolução**. Tradução: José Roberto Miney. Rio de Janeiro: Editora Ática S.A, 1999.

_____. **Sobre a Violência**. Tradução André Duarte. Rio de Janeiro: Relume-Dumaré, 2000.

_____. **Crises da República**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

_____. **Origens do Totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. **A condição Humana**. Tradução de Roberto Raposo; Posfácio de Celso Lafer. 5. ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013a.

CORREIA, Adriano. **Transpondo o Abismo** - Hannah Arendt entre a Filosofia e a Política. São Paulo: Forense Universitária, 2002.

DUARTE, André. **O pensamento à sombra da ruptura**. Política e Filosofia em Hannah Arendt. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LAFER, Celso. **A Reconstrução dos Direitos Humanos**: Um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. 7 reimpressão, São Paulo: CIA das Letras, 1998.

_____. **Pensamento, Persuasão e Poder**. São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 2003.

SCHIO, Sonia Maria. **Hannah Arendt**: História e Liberdade (da Ação à Reflexão). Porto Alegre: Clarinete, 2012.